



# abadia

PARA BOURO/ABADIA

## D. Eurico pede regresso da Ordem de Cister



Santuário de Nossa Senhora da Abadia, em St.ª Maria de Bouro (Amares)

*O Arcebispo Primaz, D. Eurico Nogueira, defendeu recentemente na Galiza e na Sé Primacial de Braga, o regresso da ordem de Cister aos Conventos de Santa Maria de Bouro e da Abadia. Dom Eurico considerou na mesma ocasião que o Estado não tem cumprido devidamente as suas obrigações no que respeita à conservação dos templos classificados como património nacional*

Página 6

## Dia de Finados

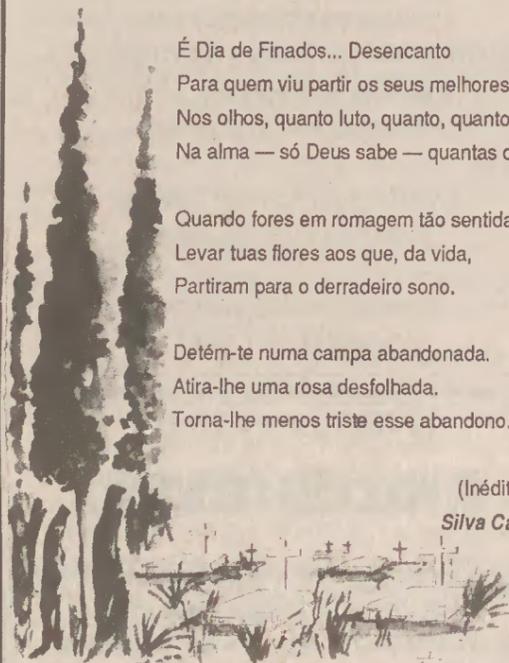
É Dia de Finados... Campo Santo  
A transbordar de lágrimas e flores...  
Nos rostos há saudade, luto e pranto  
Que se traduz em preces e fervores...

É Dia de Finados... Desencanto  
Para quem viu partir os seus melhores.  
Nos olhos, quanto luto, quanto, quanto!  
Na alma — só Deus sabe — quantas dores!

Quando fores em romagem tão sentida  
Levar tuas flores aos que, da vida,  
Partiram para o derradeiro sono.

Detém-te numa campa abandonada.  
Atira-lhe uma rosa desfolhada.  
Torna-lhe menos triste esse abandono...

(Inédito)  
Silva Campos



«DM», 1.11.91)

João Paulo II  
condena controlo  
da natalidade

Embargada  
em Prado  
construção polémica

Comercialização  
de vinhos preocupa  
autarquias

Pio Gonçalo:  
novo director  
da Faculdade  
de Teologia

## População de Lago insiste no alargamento do cemitério

Página 9

## Terras de Bouro dá prioridade à viação rural e saneamento

Página 9

## Desumanização do trabalho progride a um ritmo assustador

— concluiu a Assembleia da LOC

Página 10

Bodas de Ouro  
das Irmãs  
Missionárias  
do E. Santo

Parlamento Europeu  
ataca o racismo

16 anos:  
idade mínima  
para trabalhar

Barragem  
do Lindoso:  
Vão-se campos  
ficam montes

## a voz da abadia

A VOZ DAS GENTES DE ENTRE HOMEM E CÁVADO

*Quinzenário regionalista e independente*

DIRECTOR

Dr. Abílio Peixoto

DIRECTOR-ADJUNTO

Dr. Francisco Alves

ADMINISTRADOR

Damião Pereira

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Santuário de Nossa Senhora da Abadia

Santa Maria de Bouro

4720 AMARES

Telefone (053) 37197

PROPRIETÁRIO

Confraria de Nossa Senhora da Abadia

DEPÓSITO LEGAL N.º 12453 / 86

COMPOSTO E IMPRESSO EM:

COMPOLITO — Serviços de Artes Gráficas, Lda.

Rua Nova de Santa Cruz, n.º 70

4700 BRAGA — Telef. 676857

ASSINATURA ANUAL: 1.200\$00

NÚMERO AVULSO: 50\$00

TIRAGEM MÉDIA MENSAL:

3.500 EXEMPLARES

DIVULGUE E ASSINE

## a voz da abadia

Colabore connosco na expansão deste jornal.

Faça dos seus Amigos assinantes de «A Voz da Abadia» — enviando-nos, devidamente preenchido, este cupão.

NOME: \_\_\_\_\_

MORADA: \_\_\_\_\_

Assinatura Anual (1.200\$00) .....

Assinatura bi-anual (2.400\$00) .....

Assinatura de Benfeitor ( ) .....

Renovação da Assinatura (Anos: ) .....

**Nas páginas**

**deste jornal**

**o seu nome**

**nunca fica mal...**

**Por isso anuncie**

**n' A VOZ DA ABADIA**

# João Paulo II, Papa há 13 anos



No dia 16 de Outubro de 1978, após três dias de Conclave e de oito escrutínios, saía a notícia inesperada: o novo eleito era o polaco Carlos José Wojtyla. Quebrava-se a tradição dum Papa italiano, o que se conservava há 455 anos, desde a morte do holandês Alexandre VI em 1523.

Que qualidades apontaram o Cardeal Wojtyla para sucessor de S. Pedro e Chefe Supremo da Santa Igreja? Todas. Sem exagero, nem lisonja, pode dizer-se que o novo eleito era um homem superdotado nos dons da natureza, nas qualidades adquiridas e nas virtudes sobrenaturais. Boa saúde, bela figura, linda voz, poderosa inteligência, afabilidade, simplicidade, simpatia irradiante, conquistaram-lhe o coração do mundo inteiro.

A sua brilhante e lúcida inteligência elevou-o sempre muito acima de todos os colegas e grangeou-lhe as mais elevadas classificações em todos os cursos. A sua decisão e força de vontade fizeram dele, desde pe-

queno, um chefe nato. O gosto pela literatura, pela arte, pela beleza, leva-o, desde pequeno, a compor poesia, que continuará a publicar, mesmo como Bispo. A inclinação para o teatro fá-lo cantar e representar nos palcos. O desporto não é para ele apenas um prazer, mas também uma escola, uma necessidade física e um meio de apostolado juvenil.

Não se acobardou perante a tirania comunista, que esmagou o seu país, mas enfrentou-a com intransigência, sem concessões nem medo. Perscrutou o mundo com os seus problemas, ansiedades e esperanças. Está a par da vida da Igreja, sobretudo no seu coração, Roma, onde passou dois anos para se doutorar em Teologia, participou em todas as sessões do Concílio, em cujos debates teve acção relevante. Tomou parte em todos os Sínodos dos Bispos, menos no primeiro, por as autoridades do país não lho terem permitido.

Conheceu a Igreja não só nas cúpulas, mas também na base,

pois exerceu o cargo de Pároco duma pobre freguesia da serra e de coadjutor de uma Paróquia urbana. Foi Professor do Seminário e da Universidade Católica. Teve sempre a paixão da cultura e do conhecimento dos caminhos ou descaminhos do pensamento moderno. Foi escritor, jornalista, filósofo, teólogo e apologeta.

Todos os seus dotes humanos são sublimados e sobrenaturalizados pela graça. As virtudes moram nele pelo amor de Cristo, que através de Maria lhe enche a alma.

O convertido francês André Frossard assim o retrata:

«Nos anos que leva de Pontificado não conheceu descanso.

Faz lembrar aqueles trabalhadores polacos de Nova Huta, que construíram, durante a noite, uma igreja de madeira, que as Autoridades mandavam destruir durante o dia. Os trabalhadores não se cansavam de construir e o Governo, de destruir.

Do mesmo modo, João Paulo II dia após dia, reconstrói o edifício da fé e da moral cristã que o mundo destrói dia a dia».

Não fecha os olhos perante as tendências díspares que afligem a Igreja nos nossos dias. Enfrenta os problemas corajosamente e, gostem ou não, esclarece-os com a luz da verdade, com a força que lhe vem do Espírito Santo.

O Senhor suscita para cada tempo o Papa oportuno, para bem conduzir a sua Igreja. E o Papa que nos deu, por meio de Maria, é certamente actualíssimo, aquele que precisávamos.

**P. Fernando Leite**

# Missionárias do Espírito Santo assinalam 50 anos de actividade

O Instituto das Irmãs Missionárias do Espírito Santo, assinalou a passagem do cinquentenário da sua Fundação em Portugal.

Do programa da comemoração destaca-se uma concelebração Eucarística, na Basílica do Sameiro, presidida por D. Carlos Pinheiro, um almoço de confraternização e uma cerimónia de encerramento com visita à Exposição Missionária e Benção de uma estátua.

Na homilia que proferiu na concelebração, o bispo titular de Dume e Auxiliar de Braga referiu-se ao Dia Mundial das Missões como «dia consagrado à reflexão sobre aquela

actividade fundamental da Igreja, à oração e à ajuda material».

Apontando a mensagem de João Paulo II como «um vibrante apelo, uma nova chamada a uma renovada missão», D. Carlos Pinheiro disse que «a comunidade familiar e a comunidade paroquial são espaços fundamentais onde a fé se recebe e transmite».

Utilizando palavras de João Paulo II, continuou dizendo que «a evangelização é um verdadeiro imperativo quotidiano e uma solicitude da nossa vida e constitui uma autêntica necessidade para a comunidade eclesial».

D. Carlos Pinheiro ocupou grande parte da homilia a traçar em linhas gerais a Fundação e o desenvolvimento do Instituto das Irmãs Missionárias do Espírito Santo.

A terminar D. Carlos referiu que «é muito larga a acção desenvolvida pelas Missionárias do Espírito Santo: despertar e formar novas missionárias; acolher as Irmãs que regressão das Missões; colaborar na educação e formação cristã das crianças e jovens; animar grupos de reflexão, de oração e de partilha; e ainda, colaborar na pastoral familiar, da saúde e assistencial, emigrantes, etc.».

# PELO SANTUÁRIO



## QUANDO NOSSA SENHORA FALA... (29)

Nossa Senhora de San Damiano — Itália (1961/1970)

Por: MONSENHOR AMÉRICO FERREIRA ALVES



Angelus e a donzela desconhecida propôs:

— «Agora, rezemos cinco Pai Nossos, cinco Ave Marias e cinco Glórias pelas intenções do Padre Pio, em honra das cinco Chagas de Nosso Senhor».

Nestes movimentos, a visão tocou a doente nas feridas e deu-lhe depois um copo de água que ela devia beber na manhã seguinte, às horas em que o Padre Pio, no seu longínquo convento, celebrasse missa. Em seguida, anunciou-lhe:

— «Iráis ao convento dele».

A doente logo se lamentou que não tinha dinheiro nem roupa para sair de casa. Mas a aparição respondeu:

— «Terás o que é preciso».

Encantada por tanta bondade da visitante, a tia Adélia, antes que ela se despedisse, sempre lhe deu a esmola de 500 liras e recolheu-se ao quarto a rezar, diante da imagem da Virgem, pela cura da sua doente. Quando regressou à cozinha, encontrou Rosa a lavar a loiça, com natural desenvoltura. Perante a total estranheza da tia, Rosa saltou-lhe ao pescoço e declarou-lhe, numa efusão indescrevível:

— «Tia, estou curada! Aquela Senhora não era senão a Virgem Santíssima».

Deste facto inexplicável tiveram logo conhecimento o pároco e outro sacerdote que visitavam a doente quase todos os dias.

Na Primavera de 1962, Mamma Rosa participou numa peregrinação diocesana a San Giovanni Rotondo, no extremo Sul da Itália, onde vivia o Padre Pio. Este capuchinho estigmatizado tinha o dom de conhecer o âmago das pessoas, pelo que era um director espiritual de renome para além de toda a Europa.

Na terra do Padre Pio, N.ª S.ª apareceu de novo a Rosa e disse-lhe:

— «Eu sou a Mãe da consolação e dos aflitos, Di-lo, pois, em San Damiano, e ao professor que não quis acreditar na tua cura. Depois da Missa, acompanhar-te-ei junto ao Padre Pio».

Ao chegarem ao pé do capuchinho, N.ª S.ª desapareceu. Ele, já habituado a estas intervenções da Virgem, disse secamente a Rosa que fosse prestar assis-

tência aos doentes durante dois anos. De regresso a San Damiano, ela sentiu aquele estímulo do Padre Pio e foi imediatamente servir os doentes no hospital, onde, inclusive, estava enfermo um tio seu.

Ao sair do hospital, encontrou um religioso que a acompanhou até ao asilo e logo desapareceu..., para que lá prosseguisse na sua missão. As irmãs adivinharam facilmente quem era o religioso... Encontrava-se internado um antigo oficial de 90 anos, que ela preparou para morrer. Passou depois aos doentes no domicílio, numa assistência espiritual visivelmente eficaz. Também lhe adoeceu gravemente a Tia Adélia, que Rosa logo recomendou ao Padre Pio, o qual respondeu:

— «Agora trata dos teus. Em breve verás um acontecimento muito grande».

Mamma Rosa, no meio de tanta vicissitudes, era uma alma de fé, calma e paciente, que Deus escolheu como instrumento de graças e prodígios.

Em 16 de Outubro de 1964, quando no campanário soou o meio-dia e Rosa recitou o Angelus alguém chamou, do lado do quintal: «Vem, vem!» E logo insistir: «Anda cá, estou à tua espera!» receando intromissões demoníacas, Rosa pegou no terço e saiu lá fora. Viu então uma nuvem resplandecente, semeada de estrelas e pétalas de todas as cores, por cima das fruteiras. Numa sensação de inexplicável felicidade, vê um globo vermelho sair da nuvem e poisar sobre a pereira. O envólucro desapareceu e ficou só a figura dulcíssima da Virgem, de cujas mãos partiam raio de luz e pétalas frescas, que caíram na terra. A Senhora trazia vestido azul, manto branco e faixa à cintura. O rosto porém, reflectia tal tristeza que suscitou lágrimas à vidente. Quando Rosa puxou pelo rosário e começou a rezar, a Visão sorriu-lhe e falou:

— «Minha filha, anuncia ao mundo que todos devem rezar; Jesus não pode mais levar a cruz. Quero que todos sejam salvos, os bons e os maus. Sou a Mãe do Amor, a Mãe de todos. Vim para trazer ao mundo a oração, porque os castigos estão próximos. Virei todas as sextas-

-feiras com mensagens. Deves dá-las a conhecer ao mundo».

— «Mas quem há-de acreditar numa pobre camponesa?» — desculpou-se Rosa.

— «Não temas! Vou deixar-te um sinal. Esta árvore florescerá».

Quando a Visão desapareceu, a pereira ficou instantaneamente toda florida. Um ramo da ameixoeira que a Virgem tocou floriu também. Todos podiam ver com os próprios olhos. O pároco foi testemunha. O povo fez cerco à pereira. O diário de Piacenza «La Libertá» publicou um relato que galgou toda a Itália.

O Padre Pio, conhecedor dos factos, declarou sem rodeios a origem celeste da Aparição e recomendou também a mensagem.

San Damiano tornou-se um centro de conforto espiritual, enquanto os prodígios físicos e morais se multiplicavam.

De resto, as aparições prosseguiram até 1970, com longas mensagens proféticas, de que se dão apenas alguns tópicos:

1-3-69: — «O meu instrumento é o mais ignorante que existe. Nem ela própria compreende. Mas anuncia claramente as minhas palavras. Escutai o que ela vos diz, porque se aproximam horas tristes. É para ela enorme sofrimento ver o que vai acontecer».

Mamma Rosa tem uma intuição sobrenatural das situações, das vocações, chegando a desmascarar sacerdotes que foram para junto dela disfarçados.

25-3-68: — «Virá um dia em que os sinos de San Damiano tocarão em sinal de festa para me dar glória e, ao Reino de Jesus, o triunfo» (...)

4-4-70 — «De todas as nações virão aqui e me invocarão como Rainha e Mãe do Universo».

Houve já vários atentados à bomba contra os locais, mas a protecção celeste foi evidente. Há um poço que N.ª S.ª mandou abrir, cuja água tem sido remédio para corpos e almas.

O fenómeno preternatural de San Damiano é tão exuberante que exigir mais provas de veracidade é como exigir mais luz ao meio-dia.

(Respigado de «A Santíssima Virgem em San Damiano»?)

«A mocidade, quando quer, sabe consolar a velhice. A velhice é que nem sempre sabe aceitar os mimos».

Miguel Torga

## Bispo defende «solidariedade» entre migrantes

O Bispo do Funchal, D. Teodoro de Faria, defendeu a necessidade de a solidariedade ser uma realidade entre as comunidades portuguesas migrantes.

Falando aos membros do Conselho Permanente das Comunidades, o prelado madeirense referiu que a solidariedade «é também uma questão de justiça, mais do que compaixão, de ética, mais do que economia».

Alguns emigrantes, pressionados pela urgência de encontrar meios para viver, ou sobreviver, acomodam-se a condições por vezes desumanas, pondo de lado o respeito da sua identidade cultural e a unidade da família, para assegurar um futuro melhor», disse.

Ao sublinhar que «o mundo da migração ainda acusa muito sofrimento, discriminação e traumas», o bispo do Funchal disse entender que «chegou o momento para que as comunidades migrantes não só exijam direitos, mas também considerem os deveres, abrindo pistas que deverão ser percorridas no campo da fraternidade e da cultura».

«As nossas comunidades no estrangeiro, após tantos anos de migração, têm de deixar nos países de acolhimento uma marca da sua presença ou passagem, da sua força e da sua fé», acrescentou o prelado.

D. Teodoro de Faria, que preside à Comissão Episcopal para as Migrações, referiu que «alguns povos, entre eles os judeus, souberam montar organizações que honram não só a sua raça e generosidade, mas também o seu espírito de organização e inteligência».

«Um dos pontos fracos dos portugueses é a dificuldade de associativismo, fragmentando-se em pequenos grupos, sem força nem grandeza e de forma a não apresentarem habitualmente obras dignas de projecção no futuro, apesar da sua quantidade numérica» disse.

A propósito da necessidade de as comunidades preservarem a sua identidade cultural, o bispo do Funchal sublinhou que, no que se relaciona com a Igreja, «temos a lamentar que grandes ofertas prometidas a Deus e aos Santos não tivessem respeitado melhor a vontade de Deus e o gosto dos Santos, mas servissem mais para «glorificar» ou engrandecer o homem, em festas que não deixaram para o futuro nenhuma memória deste século».

## Testemunho Evangélico

O homem contemporâneo acredita mais nas testemunhas do que nos mestres, mais na experiência do que na doutrina. O testemunho da vida cristã é a primeira e insubstituível forma de missão: Cristo, cuja missão nós continuamos, é a «testemunha» por excelência e o modelo do testemunho cristão.

O testemunho evangélico, a que o mundo é mais sensível é o da atenção às pessoas e o da caridade a favor dos pobres, dos mais pequenos, e dos que sofrem. A gratuidade deste relacionamento e destas acções, em profundo contraste com o egoísmo presente no homem, faz nascer questões precisas, que orientam para Deus e para o Evangelho. Também o compromisso com a paz, a justiça, os direitos do homem, a promoção humana, é um testemunho do Evangelho, caso seja um sinal de atenção às pessoas e esteja ordenado ao desenvolvimento integral do homem.

João Paulo II  
«Redemptoris Missio»

PARA SANTA MARIA DE BOURO

# D. Eurico pede na Galiza regresso da Ordem de Cister

D. Eurico Dias Nogueira sugeriu em 20 de Outubro, na Galiza, o regresso da Ordem de Cister a Portugal, nomeadamente para o Convento de Santa Maria de Bouro.

O Arcebispo de Braga falava no encerramento do Congresso Internacional sobre «S. Bernardo e Cister na Galiza e em Portugal», que decorreu no mosteiro de Oseira, com a participação de grande número de historiadores portugueses.

Na sua intervenção, D. Eurico Nogueira questionou se «não seriam estas comemorações uma ocasião propícia para o regresso dos monges cistercienses a Portugal».

O Arcebispo de Braga falava sobre «os cistercienses em Portugal, com especial referência a Alcobaça e ao Minho», tendo acrescentado que «dado que não parece viável a sua instalação, ao menos por agora, em Alcobaça, proponho que venham para Santa Maria de Bouro e o vizinho santuário da Senhora da Abadia».

D. Eurico continuou, sugerindo mesmo, «mais modestamente, para Pitões das Júnias, se o prelado estiver de acordo, como parece natural. Mas creio que Santa Maria de Bouro seria o lugar ideal».

Para o Arcebispo de Braga, o regresso da Ordem de Cister a Portugal era necessário «contar com o apoio das comunidades cistercienses da Galiza e de modo especial com as dos beneméritos Mosteiros de Oseira e Sobrado».

Dois dias mais tarde, D. Eurico Nogueira voltou a referir-se a esta problemática, durante a homilia que proferiu na Sé Primaz na solenidade de S. Martinho de Dume, Padroeiro da Arquidiocese, e que serviu também para comemorar o 13.º aniversário do início oficial do Pontificado do Papa João Paulo II.

A propósito do regres-

so a Portugal da Ordem de Cister, disse o Arcebispo Primaz a dada altura:

«Queria aproveitar esta ocasião para me referir à acção das Ordens Religiosas, nascidas no princípio ou decurso da Idade Média, exercida em favor da civilização dos bárbaros, através da evangelização e da fixação dessas populações nos novos Países surgidos, com aqueles, no desmoronamento do Império romano, sobretudo nas regiões do interior, mesmo as mais inóspitas e afastadas das cidades e vilas, grandes para a época.

Limito-me a uma breve alusão à Ordem de Cister, justificada pelas celebrações do nono centenário dela mesma e de S. Bernardo, considerado seu fundador.

A reforma que lhe deu origem começou em França, no seio da Ordem beneditina, em princípios do século XII e rapidamente se difundiu por toda a Europa cristã.

Ainda antes da morte de S. Bernardo, em 1153, já ela estava presente em Portugal, a partir de S. João de Tarouca, perto de Lamego (1144). Ao longo dos séculos surgiram por todo o País, mas especialmente no centro, ou seja, entre o Douro e o Tejo, mais de trinta mosteiros, sendo femininos cerca de um terço. Lembro, além do já citado, entre os muitos conhecidos: Alcobaça, que se tornou o mais importante de todos; Santa Maria de Bouro (Braga); S. Pedro de Arouca (Porto), S. Cristóvão de Lafões (Viseu); Santa Maria de Celas e S. Mamede de Lorvão (Coimbra); S. Bento de Xabregas e S. Diniz de Odivelas (Lisboa).

Anotemos que a Ordem de Aviz dependeu de Cister, através da de Calatrava que lhe deu origem em Évora, e também a Ordem de Cristo, sediada em Tomar.



Na vasta área da Arquidiocese de Braga surgiram quatro mosteiros da reforma cisterciense; o já apontado de Bouro, o maior e mais poderoso de todos; Fiães, em Melgaço; Ermelo, em Arcos de Valdevez e Pitões das Júnias, em Montalegre.

Na intervenção que me foi solicitada para a solene sessão de encerramento do referido Congresso, realizado sob a presidência dos mais altos representantes do Governo regional, Episcopado galego e Ordem de Cister, no grande mosteiro de Oseira, perto de Orense na Galiza, sob o tema «Os Cistercienses em Portugal, com especial referência a Alcobaça e ao Minho», terminei com um voto: que se aproveitasse esta oportunidade para o regresso da Ordem de Cister a Portugal, cuja história lhe está intimamente ligada; e sugeri que se começasse por Santa Maria de Bouro, designadamente o santuário da Senhora da Abadia, se não fosse viável a sua vinda para o edifício que sempre fora seu, no centro da vila, até à criminosa hecatombe decretada

pela política maçónica-laicista imposta em 1834 pelo Liberalismo triunfante, apesar de incongruente se afirmar, na própria Carta Constitucional, que o Catolicismo era religião do Estado português.

É certo que essa onda iconoclasta e anticristã varreu toda a Europa, após a Revolução Francesa de 1789, através do Liberalismo por ela implantado nos regimes políticos, mesmo monárquicos.

Mas, enquanto a maior parte dos Países europeus em breve reconheceram o erro em que caíram e voltaram a restituir os mosteiros aos monges deles expulsos, e assim puderam conservar-se, constituindo hoje valioso património artístico e cultural, ao serviço da comunidade, Portugal preferiu deixá-los transformar-se em vergonhosos escombros, depois de ter utilizado alguns precariamente ou oferecido outros, de mão beijada, aos barões da política. Refiro-me sobretudo aos do interior do País, longe dos grandes centros, que constituíam

pólos de fixação e desenvolvimento para as populações locais.

Nem a concordata de 1940 logrou restituí-los aos seus legítimos proprietários, deles violentamente escoraçados, ao contrário do que sucedeu com a generalidade dos Países concordatários e muitos outros. Lembremos as restituições que os Estados ex-comunistas, de qualquer parte do mundo, estão a fazer quanto aos bens eclesiásticos nacionalizados, finalmente convencidos de que é essa a melhor forma de os colocar ao serviço do Povo; restituem-nos depois de reparados ou a isso comprometidos.

O Ministro da área da Cultura e Património do Governo da Galiza dizia-me, depois da minha intervenção, que a política seguida na Região autónoma era a de recuperação de algum mosteiro arruinado, a inteiras expensas suas, desde que aparecesse uma Ordem religiosa disposta a ocupá-lo e a exercer nele uma acção cultural ou de desenvolvimento sócio-eco-

nómico. E passava a incluir-se, nos orçamentos anuais, verbas para essa finalidade e manutenção. Afirmou-me mesmo que 80% do orçamento da sua área ia para as instituições da Igreja, pois eram estas que melhor se ocupavam das actividades em causa. A isso se deve em boa parte, o desenvolvimento sócio-cultural da Galiza, que muitos nos envergonha, se entrarmos em comparações.

E, em Portugal, que se passa? É melhor não se falar nisso, para não virem à superfície os sentimentos acintosamente anti-cristãos de alguns daqueles que, por terem uma pena na mão, uns milhões na bolsa ou uma qualquer parcela de Poder, se julgam donos do País e das consciências dos respectivos cidadãos.

Oxalá o bom senso se imponha. Creio que assim sucederá, quando findarem as manipulações políticas e pressões ideológicas e todo o povo adquirir a necessária cultura de base, para poder exprimir-se livre e conscientemente».

# Pio Gonçalo é o novo director da Faculdade de Teologia de Braga



O Cónego Doutor Pio Gonçalo Alves de Sousa é o novo Director da extensão de Braga da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.

O acto de posse realizou-se às 17h00 de 18 de Outubro na Reitoria da Universidade Católica, em Lisboa.

O Cónego Pio sucedeu no cargo ao cónego Dr. Jorge Peixoto Coutinho, que vai preparar a tese de doutoramento.

A Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa tem a sede em Lisboa e duas extensões, uma em Braga e outra no Porto.

Tomou posse o novo Director daquela Faculdade, Doutor João Duarte Louren-

ço, natural da freguesia bragançense, natural da freguesia de Real.

Com ele tomaram posse os seus adjuntos: o Cónego Pio para a extensão em Braga e o Douro Arnaldo de Pinho para a extensão no Porto.

O doutor João Lourenço sucede ao Doutor Manuel Isidro Araújo Alves, natural de Viana do Castelo que acumulava as funções de Vice-Reitor, que mantém, com as de Director da Faculdade de Teologia.

O Cónego Doutor Arnaldo Cardoso de Pinho sucede ao Cónego Dr. António Godinho de Lima.

Nascido em Lanheses, Viana do Castelo, em 20 de Abril de 1945, o Cónego Pio Gonçalo é filho de Manuel de

Sousa Rebouço e de Piedade Alves Fiúza.

Tendo frequentado o seminário de Braga, foi ordenado sacerdote em 1968.

Licenciado em Teologia pela Universidade de Navarra em setembro de 1971, aí se doutorou em maio de 1974 e obteve o grau de «Pronuntia-tus Doctor» em 1975. Em 1981 fez em Roma o seminário de «perfezionamento patristico», no Instituto Patristico Augustiniano.

Foi Professor na Universidade de Navarra (do Departamento de Teologia para Universitários, de Patrologia Latina e Grega, da faculdade de Teologia) e é-o, actualmente, da Faculdade de Teologia de Braga (de Patrologia, Mariologia, Revelação e Tradição, Antropologia Teológica II, Metodologia do Trabalho Científico, Teologia de fé, Revelação e Fé).

Foi também director da revista «Cenáculo» da Associação dos Amigos da Boa Imprensa, Braga (1967-68); Secretário de Publicações da Faculdade de Teologia da Universidade de Navarra (1974-80); Secretário da revista «Scripta Theologica» da faculdade de Teologia da U. de Navarra (1978-80); Sub-director da Revista «Scripta Theologica» (1980-82); Capelão da Faculdade de Farmácia da U. de Navarra (1974-79); Redactor da Revista «Theologica», (desde 1974).

Tem participado em nume-

ros Congressos e publicado diversas monografias, artigos, prólogos, numerosas resen-sões em várias revistas e dirigido várias teses de doutoramento.

Foi bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian; Membro da «Association Internationale d'Etudes Patristiques»; Correspondente regional, para Portugal da mesma «Association...»; Sócio de número da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa; Director da Exposição «Serviço à Cultura».

Na sua actividade pastoral foi Vigário Paroquial de Creixomil — Guimarães (1968 - 69); colaborou em várias paróquias, em Pamplona — Espanha, de 1969 a 1983. Nessa cidade e durante esse mesmo período trabalhou na pastoral universitária, na atenção espiritual a grupos de jovens e sacerdotes. É Assistente Diocesano do núcleo de Braga da Associação dos Médicos Católicos Portugueses. Colabora, pastoralmente, desde 1983 nas paróquias de Maximinos — Braga e de St.ª Maria dos Anjos — Ponte de Lima. É membro do Conselho Presbiteral, pela Vigararia da Fé a Vogal do Conselho Permanente. Vigário Episcopal para a Doutrina da Fé. Presidente da Comissão Arquidiocesana de Liturgia do Secretariado Arquidiocesano de Comunicações Sociais.

## EM POUCAS LINHAS

### Afogado no Rio Homem

Os Sapadores Bombeiros de Braga retiraram em 9 de Novembro, no Rio Homem, no lugar de Boi Morto, em Ponte S. Vicente, Vila Verde, o cadáver de José Batista Santos.

Quando, juntamente com dois colegas, utilizavam uma passagem estreita sobre aquele rio, José Santos, de 35 anos, casado, morador em Vila Verde, escorregou e caiu ao rio.

A intervenção dos Sapadores de Braga deveu-se a uma solicitação dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde.

O cadáver, que estava a quatro metros de profundidade, foi levado para a morgue de Amares.

José Baptista Santos era natural de Cibões, Terras de Bouro.

### Português morto a tiro em França

Um português residente em Mureaux, arredores de Paris foi assassinado a tiro por um vizinho durante uma festa de baptizado, disse fonte policial.

O português, Daniel Fernandes, de 48 anos, foi atingido pelo francês Charles Dennet, que entrou na sala onde decorria a festa e, sem dizer palavra, disparou sobre a vítima.

Dos disparos resultaram ainda ferimentos em dois filhos menores de Daniel Fernandes que se encontram hospitalizados, apesar do seu estado não inspirar cuidados.

Charles Dennet, foi, entretanto, detido pela polícia, que crê que o homicídio se terá devido a uma querela entre vizinhos.

## AMARES

### Assembleia aprovou por maioria segundo vereador a tempo inteiro

A Assembleia Municipal de Amares aprovou, por maioria, a criação de um segundo lugar de vereador a tempo inteiro.

Contra esta decisão votaram os deputados eleitos pelo PSD, imitando, aliás o voto dos vereadores social-democratas, aquando da discussão do assunto no Executivo Municipal.

Na mesma Assembleia, a bancada do PSD invocou, novamente, o aumento injustificado da despesa municipal, que deriva da manutenção de dois vereadores a tempo inteiro.

Em fase de deliberação maioritária do plenário, o novo vereador permanente na Câmara de Amares é o socialista Francisco Araújo.

A sua nomeação vem na sequência de um acordo estabelecido entre o PS e o CDS «para o governo estável da autarquia».

### Vila de Amares reforça o seu abastecimento de água

A Câmara de Amares tem aberto concurso para execução da empreitada de reforço do abastecimento de água à vila.

A obra está orçada em 65 mil contos e o prazo de execução é de oito meses.

Em causa está a construção de dois reservatórios, bem como a instalação de três mil e novecentos metros de condutas.

## Barragens e bacias são obstáculos para repovoar rios com salmões

As barragens em construção e os problemas das bacias dos afluentes constituem os principais obstáculos ao repovoamento de salmões nos rios do Norte, foi afirmado em Matosinhos no seminário «Investimento e Aquacultura».

Este seminário, integrado nas primeiras jornadas técnicas de gestão e engenharia portuárias decorreu na Exponor.

«O salmão é uma espécie

que corre graves riscos se não forem tomadas medidas e soluções atempadas no sentido da sua preservação», disse o orador Paulo Alexandrino, do Instituto de Zoologia Augusto Nobre.

Paulo Alexandrino, que referiu a necessidade de as entidades oficiais e instituições científicas colaborarem num programa comum de protecção, acrescentou que esta espécie piscícola «está a atingir um efectivo

assustadoramente pequeno».

«A protecção das bacias dos rios e a captura de espécimes para reprodução artificial, a exemplo do que já se faz noutros países, é uma das soluções propostas por aquele técnico.

As bacias dos rios Lima e Minho até às barragens são as zonas que devido às suas características e condições climatéricas apresentam

maior apetência para a criação de salmão.

Os projectos de aquacultura mereceram especial relevo neste seminário, em que foram apresentados os estudos referentes à tecnologia de produção de salmões, por José Fernando Gonçalves, da Culmar, e à cultura de ostras, por Maria José Schuller de Almeida, do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.

## PADARIA UNIVERSAL

De António José Fernandes

ESMERADO SERVIÇO DE PÃO E PRODUTOS AFINS

FABRICO E VENDA DE PÃO ESPECIAL AOS DOMINGOS PARA TORNAR O SEU ALMOÇO MAIS APETITOSO O PÃO É O MELHOR E MAIS BARATO DOS ALIMENTOS PREFIRA O DA PADARIA UNIVERSAL

TELEFONE 66125  
SANTA MARIA DE BOURO — AMARES

## XII Governo Constitucional

É a seguinte a composição oficial do XII Governo Constitucional chefiado por Cavaco Silva, cuja posse ocorreu a 31 de Outubro, após as eleições de 6 de Outubro em que o PSD obteve maioria absoluta:

**Primeiro Ministro:** Cavaco Silva.

**Secretário de Estado da Cultura** — Pedro Santana Lopes; **Subsecretário de Estado da Cultura** — Sousa Lara; **Subsecretária de Estado-Adjunta do Secretário de Estado da Cultura** — Maria José Nogueira Pinto; **Secretária de Estado da Modernização Administrativa** — Isabel Corte Real; **Subsecretária de Estado-Adjunta do Primeiro Ministro** — Luís Marques Guedes.

**Ministro da Presidência e Ministro da Defesa Nacional** — Fernando Nogueira; **Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros** — Luís Marques Mendes; **Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros** — Paulo Teixeira Pinto; **Subsecretário de Estado-Adjunto do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros** — Amândio Oliveira; **Secretário de Estado da Defesa Nacional** — Figueiredo Lopes; **Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa** — Eugénio Ramos.

**Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares** — Couto dos Santos; **Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares** — Luís Filipe Menezes; **Secretário de Estado da Juventude** — Nuno Ribeiro da Silva.

**Ministro da Administração Interna** — Dias Loureiro; **Secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Administração Interna** — Carlos Encarnação; **Secretário de Estado da Administração Interna** — Carlos Loureiro.

**Ministro das Finanças** — Jorge Braga de Macedo; **Secretária de Estado-Adjunta e do Governo** — Manuela Leite; **Secretário de Estado das Finanças** — Elias da Costa; **Secretário de Estado do Tesouro** — José Braz; **Subsecretário de Estado-Adjunto da Secretária de Estado-Adjunta e do Orçamento** — Vasco Ferreira Matias.

**Ministro do Planeamento e da Administração do Território** — Valente de Oliveira; **Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território** — Nunes Liberato; **Secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional** — Isabel Mota; **Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia** — Henrique Diz.

**Ministro da Justiça** — Laborinho Lúcio; **Secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Justiça** — Borges Soeiro; **Secretária de Estado da Justiça** — Maria Eduarda de Almeida Azevedo.

**Ministro dos Negócios Estrangeiros** — João de Deus Pinheiro; **Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação** — Durão Barroso; **Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas** — Correia de Jesus; **Subsecretário de Estado-Adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros** — Duarte Ivo Cruz.

**Ministro da Agricultura** — Arlindo Cunha; **Secretário de Estado da Agricultura** — Álvaro Amaro; **Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar** — Luís Capoulas; **Subsecretário de Estado-Adjunto do Ministro da Agricultura** — José Costa e Oliveira.

**Ministro da Indústria e Energia** — Mira Amaral; **Secretário de Estado da Indústria** — Luís Alves Monteiro; **Secretário de Estado da Energia** — Luís Conceição Pereira.

**Ministro da Educação** — Diamantino Durão; **Secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Educação** — José Briosa e Gala; **Secretário de Estado do Sistema Educativo** — Emídio Gil Santos; **Secretário de Estado dos Recursos Educativos** — José Epifânio da França.

**Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações** — Ferreira do Amaral; **Secretário de Estado dos Transportes** — Jorge Antas; **Secretário de Estado das Obras Públicas** — Álvaro Magalhães; **Secretário de Estado da Habitação** — Carlos Costa; **Secretário de Estado-Adjunto do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações** — José Ponte Zeferino.

**Ministro da Saúde** — Arlindo de Carvalho; **Secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Saúde** — Jorge Pires; **Secretário de Estado da Saúde** — José Martins Nunes.

**Ministro do Emprego e da Segurança Social** — Silva Peneda; **Secretário de Estado-Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social** — Jorge Almeida Seabra; **Secretário de Estado da Segurança Social** — Vieira de Castro; **Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional** — António Pinto Cardoso.

**Ministro do Comércio e Turismo** — Faria de Oliveira; **Secretário de Estado-Adjunto e do Comércio Externo** — António José Fernandes de Sousa; **Secretária de Estado do Comércio Interno** — Teresa Ricou; **Secretário de Estado do Turismo** — Alexandre Relvas.

**Ministro do Ambiente e Recursos Naturais** — Carlos Borrego; **Secretária de Estado-Adjunta do Ministro do Ambiente e Recursos Naturais** — Teresa Gouveia; **Secretário de Estado dos Recursos Naturais** — António Taveira.

**Ministro do Mar** — Eduardo de Azevedo Soares; **Secretário de Estado-Adjunto do Ministro do Mar** — João Bebião; **Secretário de Estado das Pescas** — Marçal Alves.

### APROVADA CANDIDATURA AO PROGRAMA «LEADER»

## Comunidade dá 800 mil contos para Terras Altas do Cávado, Homem e Ave

A Comunidade Económica Europeia deu luz verde à candidatura ao programa LEADER apresentada pelas Terras Altas do Cávado, Homem e Ave.

A proposta feita pela ATACHA sofreu, contudo, duas alterações. A primeira diz respeito a uma redução em cerca de cem mil contos no valor global da candidatura, pelo que esta ronda agora os 800 mil contos.

Sessenta e cinco por cento desta verba corresponde à comparticipação comunitária.

A comparticipação regional é repartida pelas entidades que integram a Associação das Terras Altas do Cávado, Homem e Ave.

Fazem parte da ATACHA 18 organismos, entre os

quais cinco autarquias: Amares, Vila Verde, Terras de Bouro, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho.

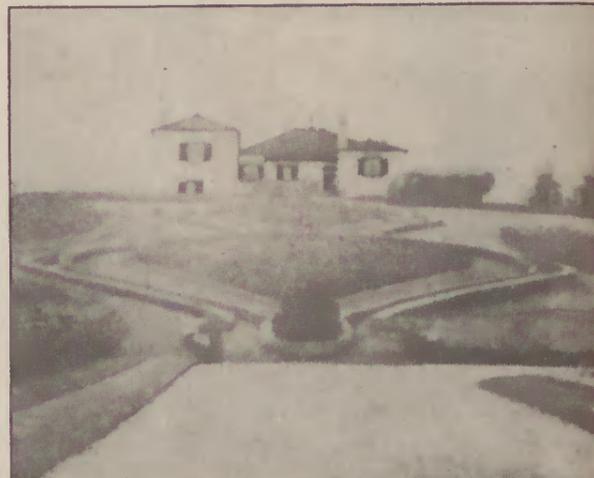
A Comunidade Europeia rejeitou, entretanto, segundo a Voz do Minho da R.R., uma das 55 ações apresentadas pela sub-região ao programa LEADER.

O projecto rejeitado prende-se com o Estudo de Demarcação da Vinha, uma área em que a própria Comunidade se prepara para intervir.

Além do mais, a demarcação da vinha é também um dos objectivos do PDAR do Alto Cávado.

Acrescente-se que o propósito da ATACHA era demarcar a «Zona das Encostas do Cávado».

Nesta área, a implemen-



Vieira do Minho: Jardim-parque dos serviços florestais

tação do projecto LEADER é considerada de grande importância para o desenvolvimento integrado.

Os 800 mil contos que vão ser investidos, destinam-se, sobretudo, a ações nos sectores do turismo e do artesanato, bem

como na recuperação do património rural.

Após a sua aprovação em Bruxelas, o programa LEADER para o Homem, Cávado e Ave é assinado no próximo dia 15 de Dezembro, em Lisboa.

## Oficialização do Ensino Primário aconteceu há 219 anos

Há 219 anos, data em que foi oficializado o ensino primário em Portugal, foram criadas no país 479 escolas, estando actualmente o parque escolar primário estimado em cerca de 10 mil edifícios.

Oficializado a 6 de Novembro de 1772, através de uma Carta de Lei promulgada por Marquês de Pombal, o ensino primário sofreu, um ano antes, algumas transformações, nomeadamente a sua passagem do domínio religioso católico, especialmente dos Jesuítas, para a esfera do Estado.

Esta medida tinha como

objectivo, segundo a gestão de Sebastião José de Carvalho e Melo, de efectivar a emancipação do «monopólio jesuítico» na questão do ensino fazendo-o depender directamente do Estado.

Nas escolas elementares pombalinas, o ensino compreendia, além do catecismo, da leitura, da escrita e das contas, rudimentos gramaticais da língua materna, as quatro operações de aritmética e regras de civilidade.

Um ano depois o número de escolas criadas nessa altura aumenta para 526 e o subsídio literário, retirado

do imposto sobre consumo, financia os «estudos menores», enquanto são abolidos outros subsídios que provinham de cobranças destinadas a pagar mestres de ler e mestres de gramática.

A morte do Rei D. José (1777) e o afastamento de Pombal prejudicaram a aplicação da Lei de 1772 nos decénios seguintes, embora se registasse até 1779 um crescimento das escolas para 720.

A partir daí verifica-se o encerramento de muitos estabelecimentos de ensino e a entrega da regência de outros a religiosos.

Não existem estatísticas do aproveitamento escolar no século XVIII, mas no século seguinte refere-se que em cinco milhões de portugueses somente um milhão tinha aprendido a ler e escrever.

Já no princípio do século XX, os dados existentes referem que em Portugal havia ainda, de um total de 3.918 freguesias, 702 sem qualquer escola a funcionar, e que a taxa de analfabetismo atingia os 76,1 por cento. Actualmente esse fenómeno ronda os 15 por cento.

## Português condenado em França por utilizar mão-de-obra clandestina

Um tribunal de Mulhouse, Leste de França, condenou a seis meses de prisão com penas suspensas, um português acusado de utilizar mão-de-obra clandestina.

José Lopes, 29 anos, dirige uma pequena empresa de construção civil para a qual havia recrutado três portugueses que trabalhavam em situação ilegal.

Os três portugueses, que não tinham autorização de estadia em França, estavam alojados em condições precárias num abarracamento sem água e sem sanitários, dormindo sobre placas isoladoras.

Para além da pena suspensa, José Lopes foi condenado ainda a pagar várias multas que atingiram um montante equivalente a 500 mil escudos.

# Obras no Mosteiro de Bouro vão continuar em breve

As tão prometidas obras de reparação geral da Igreja do Convento de Bouro, estão finalmente desbloqueadas, disse-nos uma fonte fidedigna do I.P.P.C. (Instituto Português do Património Cultural).

A prossecução do objectivo da conservação e restauro daquele imóvel conhecem já um avanço significativo, porquanto no próximo dia 15 de Novembro serão abertas as propostas para uma reparação geral, destacando-se a substituição do telhado, à reparação ou substituição

da estrutura suporte do mesmo, à substituição de toda a instalação eléctrica e o restauro das janelas e paredes daquele monumento.

A base de licitação das obras referidas é de 30 mil contos, segundo a mesma fonte, estando no horizonte do I.P.P.C. a finalização de toda o trabalho de conservação, em fase posterior.

Refira-se que os trabalhos são consequência de muito esforços e contactos da edilidade Amarense, Pároco da Freguesia de Bouro e respectivo Presidente da

Juntacom o I.P.P.C., através da Secretaria de Estado da Cultura do Norte.

Se as promessas relativas às obras da Igreja de Bouro nos mostram já certezas irreversíveis, o mesmo gostaríamos de sentir quanto ao restauro do Convento e St.ª Maria de Bouro.

Aqui, se atendermos às reduzidas verbas destinadas à recuperação do património cultural do País, pensamos que outras iniciativas têm que ser tomadas por parte do I.P.P.C., nomeadamente a abertura de

um concurso a nível nacional e, se necessário, internacional, com vista à reconstrução do Convento de Bouro, e à sua concessão em regime de exploração aprazada o que se afigura uma hipótese com grande probabilidade, evitando-se, assim, a morte lenta de um património cultural que, a todo o custo, queremos preservar como marcos importantes que são da nossa Cultura e da nossa História na qual nos revemos e queremos ver continuada.

F. A.

## NA VÁRZEA

### Vão-se os campos ficam os montes



Uma pequena aldeia portuguesa na margem do rio Castro Laboreiro está a mudar a sua maneira de viver enquanto os seus raros habitantes choram as terras «que se vão» com o «dilúvio» da barragem do Alto Lindoso.

A Várzea, típica aldeia semi-comunitária do Parque Nacional da Peneda-Gerês, vai ficar sem a «planície cultivada» que, segundo o dicionário, lhe dá o nome.

Em Dezembro, o pequeno caudal do rio Castro Laboreiro vai engrossar e ganhar altura até que a albufeira do Alto Lindoso esteja em condições de produzir 533 gigawatts de energia por ano, um recorde português de nível mundial.

Três meses antes do «dilúvio» que se prevê, dezenas de campos em socacos junto ao rio estão por cultivar perante o desespero de rostos velhos, gretados e tristes com vestes negras.

Os pouquíssimos habitantes da Várzea, no concelho de Arcos de Valdevez, estacam ao contemplar os seus campos e quase choram de emoção quando afirmam que perirão os campos ficam «sem nada».

«Agora temos que ir para o monte roer carqueja» disse a sptuagenária Emília, encarregada de guardar o gado junto àquela que será a cota máxima da albufeira, na base das primeiras casas da povoação.

Com sapatilhas espanholas a contrastar com a aldeia sem ruas e as casas «puras», velhas e cinzentas separadas por estreitos corredores e escadas desniveladas, Emília é uma das que nasceram e sempre viveram na Várzea.

«É uma palhaçada o que eles andam a fazer», diz com entoação revoltada para depois ironizar que a população da aldeia já foi avisada três vezes de que as águas iam subir.

Um outro «filho» da Várzea, fala de olhos «enterrados» nos campos verdes e húmidos pelos quais diz ter recebido 47 escudos e cinquenta centavos por metro quadrado.

«Vão pagar mais dois campitos do lado espanhol», diz apontando para a outra margem do rio, «do que pelos campos todos da Várzea.

Pau na mão, cesto de uvas recém vindimadas ao lado, acusa a EDP de lhe «desfazer» a vida, a si e aos seus vizinhos.

«Se estes terrenos fossem do Mário Soares ou de outro qualquer assim importante eram pagos a peso de ouro», sustenta, nunca deixando de contemplar os «seus» campos enquanto falava.

Na Várzea todos cumprimentam os «forasteiros», todos dão uma «dica» sobre a «catástrofe» que se está a abater sobre a aldeia e lamentam «não ter para onde ir».

A saída do povoado está a ser melhorada com «dinheiros da barragem» e asfalto, mas os da terra não querem saber.

Pensam apenas nas possibilidades de arranjar um «câmpito» na área de baldios, com terrenos «muito piores» do que os expropriados.

Pensam na sobrevivência de uma agricultura de subsistência que lhes vai ser roubada por algo que «não estão contra», mas que lhes pagam mal.

Quando as águas do Castro Laboreiro iniciarem a irreversível subida, o minúsculo sino da pequena capela não tocará a rebate como em Vilarinho das Furnas, mas dizem os varzeenses, os corações vão «badalar» ao verem perder-se uma parte de si.

## Barragem do Alto Lindoso: Galegos de Lóvios suspendem greve

Os grevistas de fome galegos que há mais de oito dias se encontravam em luta contra a instalação da barragem do Alto Lindoso decidiram pôr fim à sua acção ao fim da tarde de 30 de Outubro.

Segundo fonte da EDP contactada, a cerca de meia centena de habitantes de Lóvios, localidade na província galega de ourense, aceitaram ontem reiniciar negociações com a empresa portuguesa sobre os preços a pagar pelos terrenos desta localidade que serão inundados pelas águas da barragem do Alto Lindoso.

A EDP fez uma nova proposta ao advogado dos

proprietários galegos, tendo esta acção sido considerada «suficiente» pelos grevistas para abandonarem a greve de fome que encetaram no dia 21 de Outubro.

Neste dia, 70 dos proprietários galegos afectados pelo processo de expropriação da nova barragem do Lindoso ocuparam a Casa do Concelho e entraram em greve de fome, como forma de protesto pela ruptura das negociações por parte da EDP.

A albufeira do Alto Lindoso, a mais potente estrutura hidroeléctrica portuguesa e uma das maiores da Europa, vai obrigar ao desalojamento de cerca de



Barragem do Lindoso

três centenas de pessoas, na sua maioria das aldeias raianas espanholas de Acebedo, Vau e Buspualque.

Do lado português, a única aldeia afectada é Várzea, no concelho de Arcos de Valdevez.

## PSD/Amares nega contactos para derrubar a Câmara

«É mentira ter havido qualquer contacto entre responsáveis do PSD e do PS para derrubar a Câmara», afirma a Comissão Política dos sociais-democratas de Amares num comunicado distribuído à população.

Segundo o documento, é também mentira que o PSD praticasse obstrução ao funcionamento da Câmara: «os sociais-democratas nunca votaram contra qualquer proposta de interesse para o concelho».

Este comunicado, refira-se pretende responder ao «casamento entre PS e CDS e aos insultos que foram feitos ao PSD».

A Comissão Política so-

cial-democrata de Amares nega ainda que vez alguma o partido tivesse obrigado ao protelamento de situações. «Sempre colaboramos, dizem, na apresentação e aprovação de propostas, aperfeiçoando-as, introduzindo-lhes correcções e dando-lhes forma correcta e legal».

Desafia, entretanto, os responsáveis do PS e CDS a provar publicamente «quais as propostas que o PSD reprovou, quais as obras que impediu e quais as realizações a que se opôs».

O comunicado continua ainda para sustentar que «o PSD em Amares, está

representado por pessoas honestas, com passado limpo, quer pessoal quer político, que não podem assistir em silêncio a mais esta grande e imoral mentira».

De forma incisiva afirma não poder concordar que «atrás da inoperância de dois anos, atrás do abandono das Juntas de Freguesia, atrás do carro novo do Presidente e ao lado da secretária (mulher do Presidente) e do inútil vereador já existente, o município te-nha de ver ainda escoar-se o orçamento com mais um vereador enchapelado».

Dizem, a propósito, que «todos juntos custam 25 mil

contos por ano ao concelho e, portanto, muito para cima de 100 mil contos por mandato».

O comunicado termina com a seguinte questão: «Sendo este concelho eminentemente rural, sem caminhos, sem abastecimento de água e sem esgotos, pergunta-se aos amarense se estas verbas gastas com os amigos do CDS e do PS não teriam melhor destino no concelho».

Recorde-se que socialistas e centristas assinaram recentemente um acordo de incidência autárquica «para melhorar a gestão da Câmara Municipal de Amares».

## NA GUARDA

**Violação de criança provoca distúrbios**

O julgamento da Guarda finalizou em 12 de Novembro com Vítor Fernandes, 32 anos, condenado a seis anos e seis meses de prisão pelos crimes de atentado ao pudor, agravado por ofensas corporais, perpetrados numa criança de dois anos, Cátia Sofia. Mas a polémica promete continuar.

À saída do Tribunal, Vítor Fernandes e Maria Dulce Tavares, sua mulher, de 30 anos, eram aguardados por cerca de duas mil pessoas em fúria que tentavam fazer justiça pelas suas mãos, mas a GNR e a PSP travaram a população, o que provocou violentos incidentes entre os populares e as forças policiais, daí resultando um ferido grave.

Os populares estavam revoltados contra «uma sentença que não pune quem cometeu crimes tão graves a uma menor». Cátia Sofia fora entregue ao casal pelos seus pais, emigrantes na Suíça.

Vítor fora acusado da autoria de crimes de violação agravada, e, em cumplicidade com a mulher, de prática de ofensas corporais com dolo de perigo, denúncia caluniosa e maus tratos de forma continuada.

No entanto, Vítor Fernandes acabou por ser condenado por crimes de atentado ao pudor, não tendo sido provado que houve violação, enquanto a mulher foi condenada a um ano de prisão por maus tratos, tendo sido perdoada por ser mãe de dois filhos menores.

Tudo começou em Julho de 1990, quando Deolinda Santos, vizinha do casal, de 43 anos, viu a criança em estado febril, ao sol, enquanto Vítor Fernandes, trabalhava numa casa em construção ali ao lado.

Poucos dias depois uma assistente social do Hospital da Guarda tirou as fotografias que construíram a principal prova do estado em que se encontrava a criança: o corpo da pequena, nu, estava marcado nas suas partes mais íntimas, com o ânus anormalmente dilatado.

Vítor Fernandes procurou atirar com as culpas para um seu hóspede, Edmundo Cavaco, chegando a apresentar queixa na polícia por tentativa de violação da Cátia Sofia, mas aquela concluiu pela não responsabilidade do acusado.

A Polícia Judiciária tomou, então, conta do caso e Cátia nunca mais voltou a casa de Vítor e de Dulce.

Mas porquê a violação? De acordo com a acusação tudo terá começado com um problema sexual do casal. É aqui que entra a vidente do Pego que o Vítor e Dulce foram consultar a fim de o resolverem.

A acusação insinua que o Vítor «foi formando o propósito de conseguir esse prazer no corpo da menor». E o advogado Vítor Lavajo afirmou mesmo durante as várias sessões do julgamento: «Os médicos não têm dúvidas, foi violação».

No entanto, tal não foi provado em Tribunal.

Quem não acredita é a população da Guarda que ao acusar o juiz de negligência e o Vítor de assassino, tentou fazer «justiça popular».

## DURANTE O ANO EM CURSO

**Exportação de produtos florestais já rendeu 146 milhões de contos**

As exportações de produtos florestais renderam 145,8 milhões de contos, entre Janeiro e Junho deste ano, disse fonte da Direcção-Geral de Florestas.

Segundo a mesma fonte, houve uma quebra de cerca de 17 milhões de contos relativamente ao período homólogo do ano passado, pois em Junho do ano passado o total das exportações atingiu 162,7 milhões de contos, correspondentes a 1,8 milhões de toneladas.

O valor das nossas importações de produtos florestais cifrou-se em 66,4 milhões de contos, no período em apreço, contra os 59,3 do mesmo período do ano anterior, acrescentou a fonte.

A cortiça ocupa o primeiro lugar em termos de produtos exportados, com 42,3 milhões de contos, correspondentes a 53 mil toneladas.

A pasta celulósica ocupa o segundo lugar, com 41,5 milhões de contos, seguindo-se as madeiras e o papel, no terceiro e quarto lugares, com 31,4 milhões e 19,2 milhões, respectivamente.

A rolha de cortiça natural representou 56 por cento do valor exportado, tendo descido 9 por cento em quantidade e subido 8 por cento em preço médio, relativamente ao período homólogo do ano anterior.

A ex-RFA e a França receberam, em conjunto, metade do valor total do mobiliário exportado.

Relativamente à Espanha, registou-se um saldo negativo de 808 mil contos, no mesmo período, cerca de metade do verificado em igual período do ano anterior.

Para o ano em curso, prevê-se que as exportações de produtos florestais atinjam 286 milhões de contos, enquanto se estima que a importação de produtos do mesmo sector venha a ser de 128,6 milhões de contos.

**Comercialização de vinhos preocupa as autarquias**

A constatação da crise na comercialização dos vinhos verdes levou a Assembleia Municipal de Vila Verde a aprovar, por unanimidade, uma moção proposta pela sua congénere de Amarante.

O documento, que será enviado a todas as Assembleias Municipais da área dos vinhos verdes, apresenta um conjunto de dez

pontos que expõem a situação difícil em que se encontra o sector.

Segundo a moção, existe um definhamento económico-social da classe nas áreas de produção dos vinhos verdes, os custos de produção são cada vez mais elevados, e a regularização no mercado tem enormes deficiências, nomeadamente a fiscali-

zação da autenticidade, recolha, comercialização e introdução do produto no circuito de exportação.

O documento considera ainda irrisório o preço de 35 contos/pipa pago à produção e que a situação «é um nítido atentado contra a integridade económico-social dos viticultores».

Por último, sustenta que «só uma intervenção do Estado, de modo directo ou indirecto, pode salvar da catástrofe e aniquilamento deste vasto sector».

A moção, depois de apreciada pelas Assembleias Municipais da Região Demarcada dos Vinhos Verdes, será enviada às instâncias superiores.

**Fernando**

OCULISTA

ESTABELECEMENTO  
COM  
TÉCNICO QUALIFICADO  
EM  
ÓPTICA OCULAR

Rua do Souto, 23  
(Junto à Casa das Louças)

Telefone 27703  
4700 BRAGA

**CARDOSO DA SAUDADE**

- FATOS

- CALÇAS

- CASACOS

- BLUSÕES

ARTIGOS DE ALTA QUALIDADE  
A PREÇOS SEM CONCORRÊNCIA

**CARDOSO DA SAUDADE**

LARGO DE SANTA CRUZ - BRAGA

# Idade mínima para o trabalho

Qualquer indivíduo de 16 anos pode celebrar directamente um contrato de trabalho, se não tiver uma oposição escrita dos seus representantes, determina um diploma governamental, que estabelece um novo regime para o trabalho de menores, inserto em «Diário da República» de 16 de Outubro.

O mesmo Decreto-Lei, que altera o regime jurídico do Contrato Individual de Trabalho, permite que um menor de 16 anos celebre directamente um contrato de trabalho, desde que exista uma autorização escrita dos seus representantes legais.

A idade mínima para prestação de trabalho é, segundo o diploma publicado no «Diário da República», de 16 anos, a partir de 1 de Janeiro seguinte àquele em que o menor conclua

os nove anos de escolaridade obrigatória e de 15 anos, até a esse dia.

O diploma, que entra em vigor 60 dias após a sua publicação, determina também que os «menores com idade compreendida entre os 14 anos e a idade mínima de admissão, que tenham concluído a escolaridade obrigatória, podem prestar trabalhos leves», em condições a determinar por Portaria do Ministro do Emprego e Segurança Social.

Estes trabalhos «não podem ser susceptíveis de prejudicar a saúde ou o desenvolvimento físico e mental» e terá também de ser ouvido o Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho.

Os menores que tenham completado a idade mínima de admissão, mas não possuem ainda a escolaridade



obrigatória, só podem prestar trabalho desde que se verifiquem algumas condições.

Assim, de acordo com o diploma, terão de estar a frequentar estabelecimentos de ensino ou estar abrangidos por modalidades especiais de educação escolar ou, ainda, por um programa de aprendizagem ou formação profissional

que confirmem um grau de equivalência da escolaridade obrigatória.

Neste último caso, o horário de trabalho não poderá prejudicar a assiduidade escolar ou a participação nos programas de formação profissional e, mesmo que tenham completado os 16 anos, terá ainda de haver autorização escrita dos seus representantes legais.

## Cessaçãõ do contrato de trabalho

A redução reiterada de produtividade ou de qualidade é uma das razões admitidas em diploma governamental, publicado em «Diário da República», para que uma entidade empregadora possa fazer cessar o contrato de trabalho por inadaptacão de um seu assalariado.

O diploma, que entra em vigor 60 dias após a sua publicação, considera ainda como razão de cessacão do contrato de trabalho por inadaptacão por parte de entidade patronal «as avarias reiteradas nos meios afectos ao posto de trabalho».

Como situacão de inadap-

taçãõ susceptível de fazer cessar o contrato de trabalho, o Decreto-Lei especifica também os «riscos para a segurança e saúde do próprio ou dos restantes trabalhadores ou de terceiros».

«Verifica-se, ainda, inadaptacão do trabalhador quando, tratando-se de cargos de complexidade técnica ou de direcção, não tenham sido cumpridos os objectivos previamente aceites, sendo tal determinado de modo de exercício de funções e desde que torne praticamente impossível a subsistência da relação de trabalho»,

determina ainda o diploma. O Decreto-Lei impõe uma série de condições de cessacão do contrato de trabalho, determinado nomeadamente a comunicacão escrita ao trabalhador, comissão de trabalhadores, ou na sua falta, a comissão intersindical ou Comissão Sindical respectiva.

Igual comunicacão terá de ser feita ao Sindicato do Trabalhador, quando este seja seu representante.

A entidade patronal terá de justificar por escrito a decisãõ tomada a respeito do trabalhador.

Segundo o diploma, o trabalhador pode requerer a suspensãõ judicial da ces-

saçãõ do contrato no prazo de cinco dias úteis contados da recepçãõ da comunicacão da entidade patronal. O Decreto-Lei prevê sancões pecuniárias diferenciadas para o caso da entidade patronal violar o disposto no diploma.

De acordo com o conteúdo do Decreto-Lei, da cessacão do contrato de trabalho com fundamento na inadaptacão do trabalhador não pode resultar diminuicão do volume de emprego permanente na entidade empregadora.

O diploma determina prazos para manutençãõ do volume de emprego e as condições.

## Regime jurídico de férias

O direito a férias adquire-se com a celebraçãõ do contrato de trabalho e vence-se no dia 1 de Janeiro de cada ano civil, determina um Decreto-Lei, publicado em «Diário da República» em 16 de Outubro.

O diploma, que altera o regime jurídico de férias e da licençã sem retribuicão, ressalva no entanto que

«quando o início da prestaçãõ de trabalho ocorra no 2.º semestre do ano civil, o direito a férias só se vence após o decurso de seis meses completos de serviço efectivo».

Quando o início da prestaçãõ de trabalho ocorrer no 1.º semestre do ano civil, o trabalhador tem direito, após um período de 60 dias de trabalho efectivo, a um

período de oito dias úteis.

O período anual de férias é de 22 dias úteis.

O diploma regulamenta ainda a possibilidade de encerramento, total ou parcial, da empresa ou estabelecimento, e os direitos de férias dos trabalhadores nessas condições.

Os trabalhadores com contrato a termo cuja dura-

çãõ, inicial ou renovada, não atinja um ano, têm direito a um período de férias equivalente a dois dias úteis por cada mês completo de serviço.

Igualmente o diploma especifica os trâmites legais para concessãõ de licençã sem vencimento de longa duraçãõ para frequençã de cursos de formaçãõ.

### LAGO - AMARES

## Populaçãõ reclama alargamento do cemitério

A Junta e Assembleia de Freguesia de Lago (Amares) acusou a Câmara Municipal de ter responsabilidades no atraso do processo do alargamento do cemitério local.

Esta posiçãõ está contida num comunicado onde se afirma também que a populaçãõ aguarda apenas até final do ano para ver a conclusãõ do referido processo. Findo este prazo lê-se no mesmo comunicado, serão tomadas medidas que em nada dignificarão o povo de Lago, a C. M. de Amares, nem o bom nome do concelho.

O alargamento do cemitério paroquial de Lago é, recorde-se, um problema que se arrasta desde 1986. Já passou por tribunais, pela Câmara e até pelo Ministério da Tutela. Pelos vistos, o assunto retorna agora às mãos da autarquia local, já que o Governo, através de um memorandum enviado recentemente pela Secretaria de Estado da Administraçãõ Local, remete para a Câmara a resoluçãõ do problema.

No memorandum do Governo afirma-se que «qualquer resoluçãõ do processo cabe exclusivamente à Câmara Municipal de Amares», e preconiza duas vias possíveis para a resoluçãõ do mesmo: «Executar uma captaçãõ de água, alternativa à existente, que abasteça à exploraçãõ agrícola confinante com o cemitério mas situada no exterior do «raio de influençã» do cemitério e das galerias «afectadas», possibilitando o alargamento ou equacionar uma localizaçãõ alternativa para o cemitério».

Entretanto, a Junta de Freguesia, através do seu presidente Pedro Arante, afirma que «não se justifica fazer um novo cemitério para mil e tal pessoas, já que o alargamento pode dividir a freguesia».

Aliás, diz ainda Pedro Arantes, «não adianta pensar em outro cemitério, pois o próprio proprietário do terreno não o quer ceder». A única soluçãõ, na opiniãõ do presidente da Junta de Lago, é o alargamento, que é também a vontade da populaçãõ da freguesia.

Assim sendo, resta esperar pela decisãõ da Câmara, a única entidade que pode resolver o problema do cemitério paroquial de Lago.

### TERRAS DE BOURO

## Viaçãõ rural e saneamento são prioridades para 1992

Viaçãõ rural e saneamento básico são, ao lado do abastecimento de água, preocupaçãões prioritárias da Câmara de Terras de Bouro para o próximo ano.

O plano e orçamento do município estão ainda em fase de elaboraçãõ, mas aquelas prioridades estão claramente definidas, dando sequençã a preocupaçãões vindas de anos anteriores.

Os documentos serão, em breve, aprovados pelo Executivo autárquico, a fim de serem submetidos à Assembleia Municipal em Dezembro.

Prosseguem, entretanto, em Terras de Bouro, diversas obras cofinanciadas no âmbito do PRORN. Os trabalhos decorrem, segundo fonte municipal, em bom ritmo.

Estão neste caso a 2.ª fase da via de atravessamento do Gerês e a ETAR da Assureira.

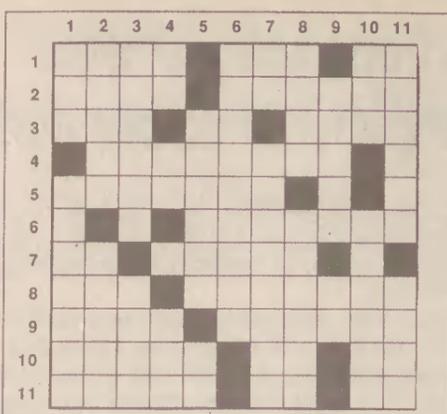
O gímnodesportivo da sede do concelho entrou também em fase de ultimacão, enquanto na obra de abastecimento de água a Rio Caldo e Vilar da Veiga se trabalha a todo o pano.

A espera de resoluçãõ de alguns bloqueios estão o Centro de Animaçãõ termal do Gerês e o Centro Náutico e a Escola C + S de Rio Caldo.

Estes projectos sofrem atrasos decorrentes do processo de expropriaçãõ dos terrenos.

No que respeita à Escola C + S de Rio Caldo, por exemplo, a Câmara de Terras de Bouro continua à espera de uma entrevista urgente com o Chefe de Equipamentos Educativos do Norte.

**PALAVRAS CRUZADAS**



**HORIZONTAIS:** 1- Aquele que gosta muito de ruim. 2 - Morro da cidade do Rio de Janeiro. Tigelas para a sopa. 3 - O mesmo que ion. Utensílio doméstico. Bosque. 4 - Cidade da URSS. 5 - Cidade de Portugal. 6 - Computa. 7 - Freguesia do concelho de Ponte de Lima. Colocaria. 8 - Sinal ortográfico. Posto em Salmoira. 9 - Tempo do verbo ir. Enredos. 10 - Consome. Idem. Letra grega. 11 - Guarneceis de asas. Preposição e artigo. Campeão.

**VERTICAIS:** 1 - Letra grega. Pune. 2 - Nome de planeta. Encolerizas. 3 - Bradava. Macia. 4 - Cânhamo de Manila. Nota musical. Ave da família dos Láridas. 5 - Tablados. Arsénio (s.q.). 6 - Prepararam. 7 - Miriara. Região da Palestina, principal teatro das prédicas de Jesus. 8 - Espírito. Réptil também chamado sapo-concho. 9 - O mesmo que ladrão (pioelho). Preposição latina que designa movimento. 10 - Matemática (abrev.). Labutara. 11 - Guarneceria de asas. Sufixo que designa abundância (pl.).

**SOLUÇÕES:**  
**HORIZONTAIS:** 1 - Quem. Ama. Mã. 2 - Urc. Malgas. 3 - Ião. 4 - Pa. Maia. 5 - Namangan. 6 - Covilha. 7 - Sa. Porta. 8 - Tll. Salgado. 9 - Ita. Meadas. 10 - Gasta. Id. Ro. 11 - Asais. Ao.  
**VERTICAIS:** 1 - Qui. Castilga. 2 - Urano. Alras. 3 - Ecoava. Lisa. 4 - Ma. Mi. Ail. 5 - Falcos. As. 6 - Amanhararam. 7 - Ma. Galileia. 8 - Alma. Cágado. 9 - Ganau. Ad. 10 - Mal. Lidara. 11 - Asana. Osos.

**JORGE GONÇALVES**  
**SEGUROS**  
**ESCRITÓRIOS:**  
**EXPOSTO COMERCIAL - LOJA 8, R/C**  
**FERREIROS — 4720 AMARES**  
**TELEFONE 993275**

**CM CASA MACEDO**  
 DE - José Cassiano Gonçalves Macedo  
 TECIDOS • MALHAS • CONFECÇÕES • PRONTO A VESTIR  
 CALÇADO • MIÚDEZAS, ETC. — EMP. S/ PENHORES  
 Praça do Comércio, 102 a 106  
 Telefone 993176 • 4720 AMARES

**AMARTUR**  
 AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO, LDA.  
 VIAGENS • VISTOS • FÉRIAS • EXCURSÕES  
 PASSAPORTES EM 24 HORAS  
 ALUGUER DE AUTOCARROS E AUTOMÓVEIS  
 COM OU SEM CONDUTOR  
 Praça do Comércio, 96 - FEIRA NOVA  
 Telef. (053) 993495 - FAX (053) 993573 - 4720 AMARES

*Nas páginas deste jornal  
 o seu nome nunca fica mal...*  
 Por isso anuncie  
**n' A VOZ DA ABADIA**

# Desumanização do Trabalho na diocese progride a um ritmo assustador

— *concluiu a Assembleia da LOC*

A Assembleia Diocesana da Liga Operária Católica (LOC) concluiu em 26 de Outubro que «a desumanização do trabalho tem progredido a um ritmo assustador».

Com a presença de 120 militantes, representando as Equipas de Base do Movimento na Arquidiocese de Braga, reuniu, em Braga, a Assembleia Diocesana da LOC.

Nesta Assembleia os militantes operários cristãos fizeram o ponto da situação do seu Plano de Acção, aprovado na assembleia de 1990 para dois anos, que tem como tema central: «Desumanização do Trabalho e Desagregação Social — Desafios à Solidariedade Operária e ao Dinamismo da Fé».

A amostragem da realidade trazida pelas Equipas de Base, dizem as conclusões, «revela que, infelizmente, o objectivo não foi atingido». A desumanização do trabalho e a desagregação social têm progredido a um ritmo assustador na nossa Arquidiocese e, mais concretamente, em todo o Vale do Ave. Daí que os desafios à solidariedade operária e ao dinamismo da Fé sejam apelos pertinentes para combater a situação vivida pelos trabalhadores do Vale do Ave e da arquidiocese de Braga.

Depois de uma análise feita em trabalho e em grupos pelos militantes presentes e o aprofundamento que se seguiu, em plenário, com a aju-

dade de Joaquim Rodrigo Ribeiro, militante da LOC e dirigente sindical, e o Padre Avelino Cardoso, Assistente Diocesano, foram salientados mais alguns aspectos da vida dos trabalhadores e das exigências postas à sua condição de operários cristãos.

Da reflexão feita salientase que a situação está a gerar «um homem "robot", sem liberdade para pensar, não participativo, individualista, vulnerável ao compadrio e resignação com a situação».

Um homem apressado, sem tempo para si e para a família, cansado pelo ritmo da vida que leva e com falta de consciência dos seus direitos e deveres;

Um homem não solidário com os outros que precisam, que não partilha, que se isola no seu individualismo».

Do confronto desta realidade com o Plano de Deus, a Assembleia concluiu: «Ela está em contradição com esse Plano de Deus, já que Deus quer homens e mulheres livres, responsáveis, participativos, realizados profissionalmente, com uma vida digna e feliz: — «Vim para que tenham Vida e Vida em abundância!»

**ACÇÃO A DESENVOLVER**

Após a análise da situação a Assembleia deliberou continuar a executar o Plano de Acção da LOC, aprovado na última Assembleia Diocesana, tendo em conta, entre outros, alguns pontos de referência que levem a:

— Participar de uma forma mais activa nas organizações de trabalhadores, fazendo com que estas estejam mais ao serviço das pessoas que representam.

Para tal, é preciso corrigir métodos e descobrir novas formas de motivar os trabalhadores em ordem a uma acção que faça desaparecer o sofrimento provocado pela situação existente;

— Combater o medo e a repressão; denunciar, sempre que necessário, os abusos praticados por empresários, pelo poder constituído, etc;

— Provocar o diálogo e exigir igualdade de tratamento para todos os trabalhadores de uma mesma empresa;

— Reconhecer que a transformação começa por cada um. Daí, a necessidade da conversão pessoal para, através do testemunho da vida, chegar à transformação das pessoas e das situações;

— Descobrir a presença de Jesus Cristo, vivo e actuante no mundo do trabalho, através das pequenas acções, valorizando-as e dando-as a conhecer, para que os trabalhadores não se sintam esmagados pela situação, mas vivam na Esperança. — «Levantai a cabeça porque está próxima a vossa libertação».

**OUTRAS DECISÕES**

No decorrer da Assembleia foram aprovadas as contas do Movimento e o orçamento para o próximo ano. Foram eleitos ou reeleitos

como coordenadores das zonas de: Famalicão, José Maria Carneiro da Costa; Guimarães, Artur da Rocha Meneses; Braga, Palmira Casa Nova; Joane, Libéria Oliveira Caridade. Este conjunto de militantes passará a integrar a Direcção Diocesana.

A Assembleia tomou ainda conhecimento da actividade do Dirigente Livre, Fernando Martins, e da aceitação de Palmira Casa Nova vir a desempenhar esta tarefa de dirigente a tempo inteiro a partir da próxima Assembleia Diocesana de 1992.

Foi decidido, pelos Militantes, um maior empenhamento em duas actividades importantes que se aviznam: O Encontro Diocesano de Cristãos em Mundo Operário a realizar pela Comissão Diocesana de Pastoral Operária, em Guimarães, nos próximos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro, e o Congresso Nacional da LOC a realizar no Sameiro, em Junho de 1992.

Estiveram presentes neste Encontro o Vigário Episcopal do Apostolado de Leigos, P. Dr. Ferreira de Araújo, o Coordenador Nacional da LOC, Serafim Vieira, o Coordenador Diocesano da LOC do Porto, José Pinto acompanhado pela esposa. Igualmente, participou a Coordenadora Diocesana da JOC, Madalena Almeida.

Os trabalhos encerraram com a Concelebração da Eucaristia a que presidiu o Assistente Diocesano da LOC, P. Avelino Cardoso.



**FÁBRICA DE FATOS CASACOS CALÇAS**



*de alta categoria!*

**À venda nos bons estabelecimentos**

PONTE DOS FALCÕES  
 MAXIMINOS - 4700 BRAGA

TELEFONE 71210  
 TELEX 32288 FACHO

# Cuidados a ter na produção de vinhos brancos de qualidade

Por: **ENG. FERNANDO L. G. MOURA**  
(in «Informativo, n.º 8»)

Como todos os que estão ligados ao sector vitivinícola têm consciência, a procura da qualidade dos vinhos em geral, e dos brancos em particular, passa pela melhoria da matéria-prima — a uva — por um lado, e da tecnologia de vinificação por outro.

Uma mudança e uma adaptação dos encepamentos não podem provocar uma melhoria qualitativa se o processo de vinificação utilizado não defender e conservar a qualidade. O consumidor procura vinhos brancos frescos, equilibrados e frutados. Para se conseguir responder às exigências do mercado consumidor, é necessário produzir vinhos que apresentem um bom equilíbrio — álcool/acidez — apresentando aromas frutados, finos e suaves, sem serem demasiado intensos.

## COMO OBTIVER TAIS RESULTADOS?

Para que tal objectivo seja conseguido, a vinha tem que ser implantada em solos apropriados, com uma exposição que deve depender das condições edafoclimáticas, utilização do porta-enxerto mais conveniente, recurso às castas recomendadas, formas de condução que melhor respeitem o equilíbrio quantidade/qualidade e o recurso aos tratamentos fito-sanitários estritamente necessários.

Partindo do princípio que a matéria-prima é de boa qualidade, só uma tecnologia apropriada e cuidada conduzirá a bons resultados, isto é, obtenção de vinhos de qualidade. Essa tecnologia deverá estar adaptada ao tipo de vinho que se pretenda obter, independentemente da quantidade de uvas a vinificar e deverá respeitar, acima de tudo, os seguintes aspectos fundamentais:

— a tipicidade dos vinhos;

— A manutenção dos aromas primários, que são os que provêm das próprias uvas e são característicos das respectivas castas;

— Obtenção de vinhos sanitariamente perfeitos;

— Fermentações controladas, em especial no que se refere à temperatura de fermentação, não só para que se consigam manter os aromas primários, como também criar condições para a formação de melhores aromas secundários durante o processo fermentativo. Temperaturas elevadas não só conduzem à libertação de aromas como dão origem à formação de produtos secundários indesejáveis e prejudiciais à qualidade dos vinhos, podendo, em casos extremos, provocar a paragem ou amuo da própria fermentação;

— Trásfegas nas alturas próprias, evitando-se a formação de aromas estranhos, em especial o sulfídrico;

— Tratamentos dos vinhos evitando-se alterações de origem microbiana.

O estudo e o acompanhamento da evolução da maturação é outro factor altamente benéfico para o controlo de qualidade. A uva deve ser vindimada antes de atingir a maturação completa, também designada por maturação industrial, que é o momento onde o teor em açúcares é máximo, sendo o máximo de aromas obtido alguns dias antes da uva atingir a maturação industrial.

No caso de vinhas com propensão para atingirem elevadas graduações alcoólicas há quem preconize ou defenda, como solução alternativa, a marcação antecipada da vindima. Embora à partida seja uma prática fácil de executar e que em princípio poderia resolver tal problema, esta solução não é tecnicamente possível nem aconselhável, pois nestas

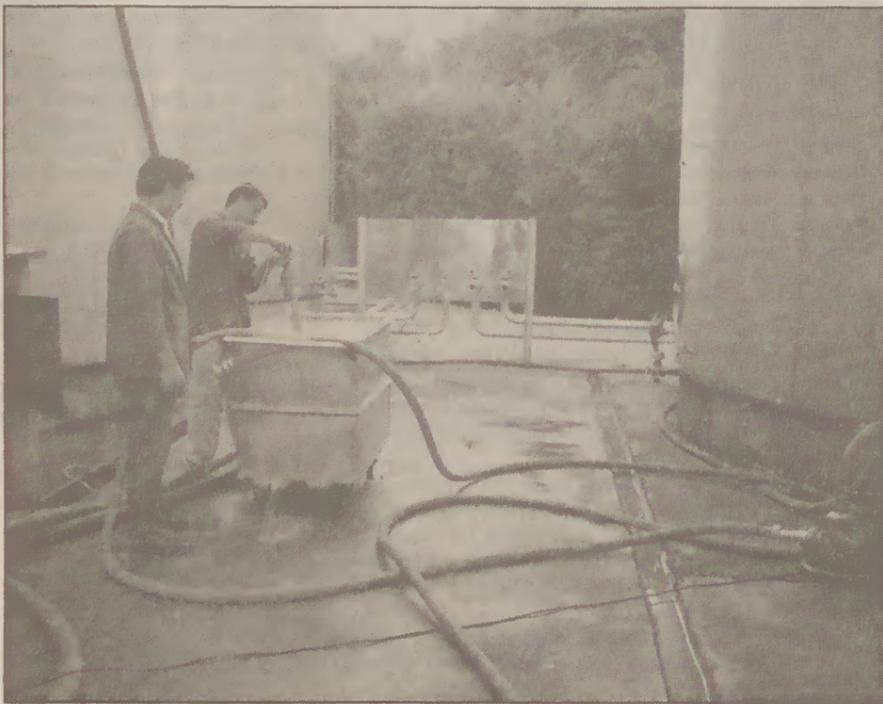
condições as uvas podem não ter atingido o máximo de aromas e não se ter criado as melhores condições para se estabelecer o tal equilíbrio, já atrás focado entre os açúcares (álcool) e os ácidos. Com a antecipação da data de vindima só se conseguiria resolver o problema do teor alcoólico, baixando-o, mas, em contrapartida, obtinham-se vinhos menos aromáticos e substancialmente mais ácidos, pelo que também não é o caminho mais correcto.

A vindima e o transporte das uvas é outro aspecto que não deve ser desprezado. As uvas devem ser colhidas inteiras, em bom estado sanitário, não as deixar expostas ao sol e transportá-las o mais rápido possível ao local de vinificação. No caso de não serem respeitadas estas regras, problemas graves podem surgir nos mostos e posteriormente nos vinhos.

O transporte das uvas esmagadas ocasiona a libertação dos mostos, processando-se neste fenómeno de oxidação, de maceração das partes sólidas e eventuais entradas em fermentação, não controlada, quando as temperaturas são elevadas e os recipientes de transporte não foram lavados, factores suficientes para prejudicarem a qualidade final do vinho.

O anidrido sulfuroso, qualquer que seja a forma utilizada, não deve ser aplicado sobre as uvas. Se por um lado tem como objectivo evitar fenómenos de oxidação, por outro lado aumenta os processos de maceração, favorecendo a dissolução e extracção dos taninos e das substâncias herbáceas dos engaços, originando vinhos mais duros (mais taninosos), mais corados e com aromas e sabores desagradáveis.

O transporte para o local de vinificação deverá ser o mais rápido possível, afim de evitar exposições prolongadas a temperaturas elevadas, ou demoras de um dia para o outro, que poderão originar fermentações não controladas sempre indesejáveis. Em tais condições, como não houve uma prévia desinfecção do meio, a fermentação poderá ser iniciada por leveduras de má qualidade, originando vinhos ricos em produtos secundários, por vezes com maus aromas (por exemplo sulfídrico) e actividade paralela de bactérias acéticas



com formação de ácido acético e outros, tais como butirico, succínio, etc., com reflexos altamente negativos na qualidade final do vinho.

O processo de vinificação deverá respeitar as características da matéria-prima e proporcionar a obtenção do produto de melhor qualidade. Para um bom ciclo de vinificação, com objectivos bem definidos, uma boa qualidade de vinhos implica uma prensa bem adaptada a esse ciclo, quer no que respeita à qualidade de trabalho, avaliando-se essa característica pela qualidade do mosto obtido, quer também à facilidade de trabalho, o volume de massas a prensar e à mão-de-obra necessária.

Outro aspecto importante e decisivo na qualidade de vinhos é a protecção do mosto dos fenómenos oxidativos. Logo após o esmagamento e prensagem é necessário proteger o mosto de oxidação. A maneira mais simples e a mais eficaz de proteger o mosto é adicionar o anidrido sulfuroso, qualquer que seja a sua forma de aplicação.

A defecção, operação indispensável no processo de vinificação dos vinhos brancos, consiste na eliminação do mosto, antes de se iniciar a fermentação, das inúmeras partículas sólidas em suspensão.

A defecção conduz a uma melhoria acentuada da qualidade dos vinhos. Estes apresentam-se mais frutados, menos corados, menos sensíveis aos fenómenos oxidativos e apresentam uma quantidade menor de ferro.

Está a tornar-se uma prática corrente, nos vinhos de alta qualidade, a aplicação de Tiamina ou Vitamina B1 após a defecação do mosto e juntamente com aplicação das leveduras seleccionadas. Com a adição dessa substância (Tiamina) consegue-se reduzir a formação, durante a fermentação alcoólica, dos Ácidos Cetónicos, principalmente o Ácido Piruvico, reduzindo-se a quantidade sulfurosa total dos vinhos.

Outro aspecto utilizado e bastante benéfico no processo de vinificação dos vinhos brancos é a Bentonite, que é uma argila com alto poder de absorção. A sua adição ao mosto, em plena fermentação, tem como objectivo eliminar uma parte das proteínas presentes no mosto, evitando-se que mais tarde possam ocasionar problemas de estabilidade ao vinho, com fortes probabilidades de turvações provocadas por cassetes proteicas ou cúpricas.

Durante a fermentação será de toda a conveniência

controlar as temperaturas evitando, tanto quanto possível, que o mosto fermenta a uma temperatura demasiado elevada. Para se proceder a esse controlo existem vários processos, embora uns sejam, como é evidente e as pessoas facilmente compreendem, mais eficazes, mas bastante mais caros.

— Escorrimento de água fria pelas paredes das cubas.

— Passagem do mosto em aparelhos de refrigeração.

— Aplicação de placas endógenas, em aço inox e com uma determinada superfície de exposição, no interior das quais circula água refrigerada.

— Cubas de fermentação, em aço inox, nas quais é aplicada uma cinta exterior destinada à circulação de água refrigerada.

Qualquer que seja o processo de controlo de temperatura, esta não deverá atingir valores acima dos 20°C, tentando manter o mais possível a componente aromática que estava presente na uva.

LEIA

ASSINE

E DIVULGUE

A VOZ DA ABADIA

**Pensão**  
*UNIVERSAL*  
ABERTA TODO O ANO  
**Restaurante**  
EM  
TERMAS  
DE CALDELAS  
Telefones 36236 / 36286  
4720 AMARES



EM PRADO

## Construção polémica já foi embargada

Foi embargado um prédio de seis andares que estava a ser implantado a menos de 50 metros da Casa da Botica, um imóvel de interesse público situado na vila de Prado.

O embargo implicou, de imediato, o apuramento de responsabilidades sobre o projecto e o requerente foi, por isso, notificado para apresentar peças desenhadas e escritas.

Na sequência, novos pareceres técnicos deverão subir ao Executivo municipal, para que este tome uma decisão definitiva.

Em primeira instância, o projecto será revisto pelo IPPC, organismo que em Julho de 1990, havia dado um parecer negativo.

Na ocasião, os técnicos do património consideraram que a volumetria proposta era exagerada e prejudicava o enquadramento geral da Casa da Botica.

Apesar desta inviabilidade, o presidente da Câmara de Vila Verde, António Cerqueira, autorizou, em 14 de Novembro do ano passado, a emissão de licença para um projecto primitivo, ou seja, a construção de um rés-do-chão mais três andares.

Alguns meses mais tarde rebentou o escândalo: o vereador da oposição José Gama, solicitou o embargo da obra, por considerar a existência de várias irregularidades, entre elas, o facto de estarem a ser construídos seis pisos, a menos de 50 metros de um imóvel em vias de classificação.

A zona da Botica volta, assim, a gerar grande polémica e o novo caso surge poucos dias antes de António Cerqueira se voltar a sentar no banco dos réus, em parte devido aos licenciamentos da Quinta da Botica.

## Museu de V. das Furnas expõe «Modos de Vida»

No Museu Etnográfico de Vilarinho das Furnas esteve patente uma exposição fotográfica, intitulada «Modos de Vida».

Os trabalhos apresentados documentaram essencialmente, as segadas, ou seja, a ceifa do centeio que, em Vilarinho das Furnas e Campo do Gerês, se revestia de especiais características.

A exposição abriu antes do magusto de confraternização da ARCA: Associação Recreativa e Cultural do Campo.

## «S. João de Deus continua a viver no tempo»

Setenta e um irmãos da ordem Hospitalar de S. João de Deus, assassinados nos seus postos, durante a guerra civil de Espanha, vão ser beatificados em Outubro de 1992, anunciou a Ordem.

Reunidos em Assembleia Geral, em Málaga, Espanha, no princípio de Outubro, os representantes das comunidades e centros da ordem em todo o mundo defenderam: a necessidade de, cada vez mais, orientar a hospitalidade para as «bolsas de pobreza» nos países industrializados e as carências do Terceiro Mundo.

«S. João de Deus continua a viver no tempo», assim se intitula o documento que aprovam os 50 participantes na Assembleia Geral da Ordem de S. João de Deus reunida naquela cidade espanhola.

O documento inclui, entre outros temas, diversas mensagens de esperança e encorajamento para os doentes, colaboradores, voluntários, benfeitores, irmãos e jovens ligados às actividades da Ordem.

A Assembleia debruçou-se ainda sobre a maneira de celebrar o V Centenário do nascimento do Santo em Portugal, Granada e Roma.

A Ordem Hospitalar defende, segundo o documento aprovado, uma maior aliança entre os irmãos e leigos colaboradores: empregados, voluntários e benfeitores das obras no carisma do fundador, através da formação de uns e outros.

NO BRASIL

# João Paulo II condena controlo de nascimentos

O Papa João Paulo II criticou os programas de controlo dos nascimentos e de esterilização na nação mais populosa da América Latina, assim responsabilizando os políticos e os médicos por fomentarem os baixos padrões morais das famílias brasileiras.

O Sumo Pontífice, que vi-

sitava Brasil, considerou as práticas contraceptivas «gravemente ilícitas» e afirmou que «a taxa alarmante de esterilização de mulheres e homens» é tanto voluntária como induzida por políticos, médicos e assistentes sociais, que fariam melhor «se prevenissem os programas de aborto, esse atentado criminoso contra

o principal direito humano».

Numa missa perante cerca de 100 mil pessoas, o Papa criticou os «casamentos ilícitos», uma prática prevalente no Brasil, considerando que são encorajados pela publicidade permissiva e pela agressão da televisão.

A população brasileira, de

155 milhões de almas, tem crescido a uma taxa muito reduzida devido ao uso de preservativos, receio da Sida e programas de esterilização.

A Constituição de 1988 proíbe o aborto, mas a sua prática é generalizada e, segundo cálculos não oficiais, eleva-se a um milhão de casos por ano.

## Redondou em autêntico fracasso o Congresso de Municípios Geminados

Redondou num autêntico fracasso, para portugueses e espanhóis, o Quarto Congresso Europeu de Municípios Geminados, que teve lugar, recentemente, na cidade Suíça de Lausanne.

A impressão foi transmitida pelo vereador da Câmara de Vila Verde, José Gama, um dos quinze membros da delegação portuguesa.

No âmbito da Região Norte, e além de Vila Verde, estiveram representados em Lausanne os municípios de

Ribeira de Pena e Póvoa de Lanhoso.

Explicando o relativo insucesso do encontro, o vereador José Gama disse que os temas mais abordados foram «Geminção e a Paz» e «Geminção e Desarmamento».

Voltado, deste modo, para a problemática dos países de Leste, o congresso ignorou os problemas de financiamento às iniciativas desenvolvidas pelos municípios geminados.

À margem ficaram, por

isso, as questões relacionadas com o desenvolvimento do meio rural e o apoio ao intercâmbio juvenil.

Especialmente interessante na discussão destes temas está a Câmara de Vila Verde, que juntamente com os municípios de Lohmar (na Alemanha) e Reite - Couronne (França), apresentaram à Comunidade Europeia um projecto de apoio à mobilidade juvenil.

Ainda de acordo com José

gama, a Associação nacional de Municípios Portugueses deverá candidatar-se à organização do próximo Congresso Europeu de Municípios Geminados.

Segundo o autarca, esta seria uma forma de tentar deslocar o interesse da Comunidade para a resolução dos problemas que afectam os de municípios portugueses envolvidos em acordos de geminação.

COM POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO COMUM

# PE quer conter o racismo

Deputados europeus pediram ao Conselho de Ministros da CEE a urgente definição de uma política de imigração comum, de forma a conter o aumento do racismo e da xenofobia

Intervindo no debate, o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, lembrou que a Comissão vem pedindo desde há dois anos ao Conselho para debater as políticas de imigração dos doze, sem resultados.

Jacques Delors apontou a necessidade de redefinir as condições do direito de asilo, de controlar os movimentos de imigração e de procurar reforçar as estruturas económicas e sociais dos países da Comunidade, de forma a que

não favoreçam fenómenos racistas.

O secretário de Estado Holandês dos Assuntos Europeus, Piet Dankert, em representação do presidente do Conselho de Ministros da CEE, disse que os problemas do racismo, e da xenofobia devem ser resolvidos por cada estado-membro, a nível nacional, regional e local, usando de critérios de tolerância.

A mesma opinião foi expressa pela comissária Vas-

so Papandreou, responsável da Comissão pelos Assuntos Sociais, que acrescentou ser a competência da Comunidade nesta matéria bastante limitada.

O eurodeputado comunista Barros Moura interveio no debate chamando a atenção para as recentes manifestações xenófobas e racistas verificadas em vários países europeus, apontando que o combate ao racismo não deve ser reduzido a uma questão, de polícia, as-

sentando antes na construção de novas relações económicas internacionais e «de uma rigorosa pedagogia democrática».

O deputado britânico Glyn Ford, do grupo socialista, deplorou o renascimento «um pouco por toda a Europa» do racismo e da xenofobia, recordando que em 1992 haverá no espaço comunitário 14 milhões de pessoas provenientes de países terceiros.

## A FECHAR

# No mundo da política...

Quem procura a coerência no mundo da política, é certo e sabido que, em certos casos, dificilmente a encontrará.

É custoso dizê-lo mas a experiência demonstra que, às vezes, não há grande diferença entre certos políticos e um vulgar troca-tintas.

Dir-me-ão que tais indivíduos não vão além de políticos de terceira. Certo. Mas às vezes parece ser os que dão mais nas vistas.

Políticos há que nos acostumaram a olhá-los como homens que aqui dizem uma coisa e acolá afirmam outra. A agirem e falarem conforme as circunstâncias de momento. A identificarem a verdade com o que aqui e agora convém que se diga. Se logo convier afirmar o contrário, por que não?

Políticos há que se apresentam na praça pública como homens para quem os fins justificam os meios. E vai daí,

dedicam-se a todo um jogo de manobras, de influências, de jogos subterrâneos, de intrigas, de contradições.

Os políticos em quem estou a pensar apresentam-se como homens de dois pesos e de duas medidas. Censuram nos outros comportamentos e atitudes que eles mesmos tomam. Em si e nos seus só descobrem virtudes e nos outros não conseguem ver senão defeitos. Acusam os outros de falta de transparência quando eles mesmos quase só sabem actuar na sombra. Queixam-se de discriminações quando eles mesmos discriminam, e de que maneira! Clamam por honestidade quando eles mesmos talvez possam ser apontados, como campeões do compadrio, do oportunismo, das negociatas pouco claras. Não sabem mover-se senão ao sabor dos ventos, dos interesses pessoais ou de grupo, das estratégias que poderão levar ao poder, para depois o usarem sabe-se lá como.